

SEGURANÇA ALIMENTAR, SAÚDE E BEM ESTAR NO ÂMBITO DE UMA REDE ALIMENTAR ALTERNATIVA

Carla Mota¹

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) - Brasil

Gercton Coitinho²

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) - Brasil

Maria João Palma³

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) - Brasil

RESUMO

Esta tese investiga as Redes Alimentares Alternativas (AFNs) urbanas a partir do diálogo da literatura com o estudo de caso da Associação de Agricultura de Campinas e Região (ANC), uma AFN urbana brasileira. A investigação busca responder se ao contribuir para mitigar a degradação ambiental causada pela produção agroindustrial, a ANC constitui-se em resposta ao Antropoceno em nível local. Dentre os objetivos estão a identificação e a análise dos obstáculos e benefícios das AFNs urbanas. A metodologia teve como campo teórico a discussão sobre a degradação ambiental e no campo empírico, pesquisas qualitativas com integrantes da ANC, seguidas da discussão dos resultados. O trabalho conclui que a ANC precisa compreender o contexto alimentar hegemônico em que ela se insere, habilitando-se, então a disseminar valores e práticas que favoreçam uma profunda revisão paradigmática.

Palavras-chave: antropoceno; redes alimentares alternativas; ODS; sustentabilidade ambiental.

ABSTRACT

This thesis investigates the urban Alternative Food Networks (AFNs) from the dialogue of the literature with the case study of the Association of Agriculture of Campinas and Region (ANC), a Brazilian urban AFN. The investigation seeks to answer whether ANC can be a response to

¹ Doutora em Ciência da Informação IBICT-PPGCI/ECO-UFRJ. Centro Universitário Augusto Motta. carlamota@souunisuam.com.br

² Mestre em Desenvolvimento Local pela UNISUAM. Centro Universitário Augusto Motta. gercton.coitinho@unisuam.edu.br

³ Mestre em Desenvolvimento Local pela UNISUAM. Centro Universitário Augusto Motta. mjoao@unisuam.edu.br

the Anthropocene at local level by contributing to mitigating the environmental degradation caused by agro-industrial production. Objectives are the identification and the analysis of the obstacles and benefits of urban AFNs. The methodology had as theoretical field the discussion about environmental degradation and in the empirical field, qualitative research with members of the ANC, followed by the discussion of the results. The work concludes that the ANC needs to understand the hegemonic food context in which it is inserted, enabling it to disseminate values and practices that enables a deep paradigmatic review.

Keywords: anthropocene; alternative food networks; ODS; environmental sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo as Redes Alimentares Alternativas (AFNs) urbanas, no âmbito do território brasileiro, enquanto possível resposta para o enfrentamento do atual cenário de degradação ambiental. Para tal, realiza o estudo de caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), verificando qual a sua contribuição para aumentar a segurança alimentar da região — apenas um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030 — constituindo-se em uma possível saída às ameaças que o cenário antropocênico impõe à vida humana sobre o planeta. O termo Antropoceno designa um momento da história “em que o Homo Sapiens se tornou o equivalente a uma força geológica capaz de modificar os parâmetros biofísicos do planeta [...]”. (ISSBERNER, LÉNA, 2018, p.201). Mudanças climáticas mundiais, deslocando ciclos globais do clima, poluição generalizada, precipitação radioativa, acúmulo de plástico, invasões e extinção em massa de espécies, são apenas alguns dos muitos indicadores que deixam registros nas rochas.⁴ (ELLIS, 2018; ISSBERNER; LÉNA, 2018; STEFFEN *et al.*, 2016; WATERS *et al.*, 2016).

Ao longo de sua existência, cada país vem contribuindo de forma particular para a consolidação e aprofundamento do cenário antropocênico. No Brasil, o crescimento do agronegócio tem sido um importante contribuinte para a degradação socioambiental por reunir elementos propulsores para este fenômeno, como o aumento de emissão de gases de efeito estufa (GEE); a contaminação de alimentos e recursos naturais por meio do uso crescente de agrotóxicos e fertilizantes químicos; a simplificação dos agroecossistemas e consequente

⁴ Cf. <http://science.sciencemag.org/content/351/6269/aad2622>; e website do Anthropocene Working Group <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene>.

diminuição da biodiversidade. Além disso, muitas vezes a expansão do agronegócio se dá pela incorporação de terras de pequenos produtores que nem sempre conseguem resistir à pressão dos grandes, o que acarreta a perda da identidade e cultura das comunidades locais, que são forçadas a migrarem, em geral, para a periferia dos grandes centros urbanos. (ISSBERNER; LÉNA, 2018; WARNER *et al.*, 2010). Estes são fenômenos que extravasam os marcadores geológicos, e que contribuem para o aprofundamento do Antropoceno, pois têm relevante impacto sobre a vida humana e o planeta ao levarem ao aumento do êxodo rural e da pobreza. Como resultado, intensificam-se o número de ciclos migratórios populacionais, levando à aceleração da exploração de recursos naturais e à alteração de espécies em uma escala maior que a natureza consegue restaurar nos novos locais de fixação destas comunidades. (WARNER *et al.*, 2010).

Ao buscar desenfreadamente o crescimento econômico baseado na utilização intensiva de recursos naturais, o Brasil também sofre o aprofundamento dos efeitos adversos da exclusão social perpetuada pela desigualdade econômica. O lixo, as inundações, a seca e a contaminação de solos e fontes d'água afetam primeiro e mais intensivamente a quem tem menos recursos financeiros para buscar alternativas ou impedir que sejam assolados por catástrofes. Gudynas (2014) observa que a morosidade e negligência do Estado em lidar com estes desafios acaba por levar à mobilização da sociedade civil em direção a soluções alternativas ao desenvolvimento. Desta feita, cresce o contingente de cidadãos que se mobiliza em nível global para gerar saídas criativas em direção a um maior equilíbrio entre o uso dos recursos do planeta e o “desenvolvimento de sociedades até o nível da obtenção de bem-estar social e qualidade de vida”, tais como são as iniciativas voltadas para “a economia social e solidária, [...] as agriculturas e pecuárias familiares e biológicas” (MOTA, 2015, p.30; VEIGA; ISSBERNER, 2012, p.130). Entre estas se encontram os movimentos de base ecológica, dos quais as Redes Alimentares Alternativas (*Alternative Food Networks* ou AFNs) fazem parte. No presente trabalho, objetivando uma visão uniformizadora, o termo *base ecológica* é adotado de forma a abarcar todos os tipos de atividades voltadas para a produção de alimentos livres de agroquímicos e/ou transgênicos, circunscritos a sistemas que se consideram socialmente justos.

A institucionalização dos movimentos de base ecológica e das Redes Alimentares Alternativas aconteceu na França nos anos de 1980, apesar de os registros das primeiras

iniciativas remontarem à década de 1960 na Europa⁵, enquanto no Brasil seu início data dos anos de 1990. As redes são pautadas por princípios de confiança, equidade e novas relações sociais entre produtores e consumidores que contribuem para a emergência de uma democracia alimentar fundada sobre a racionalidade socioambiental (BRANDENBURG, 2002 *apud* DAROLT *et al.*, 2015). Nestas, a produção em menor escala, apoiada na valorização da produção local e do que é nativo se distanciam da dinâmica da escassez, do consumismo e do desperdício, que regem a economia neoliberal e a lógica desenvolvimentista.

A visão de Brandenburg (2002) e de Darolt (2015) sugere que as Redes Alimentares Alternativas exercem um papel de resistência e de transformação ideológica do contexto social ao buscarem aproximar indivíduos antes localizados nas extremidades da cadeia produtiva do modelo de agricultura industrial e convencional. No entanto, considerando a diversidade de atores que integram estas redes e as condicionantes que regem sua interação, é possível que sejam subsumidos ideologicamente, mesmo sem que se apercebam disto. A eventual adoção de uma crescente redução de custos e maximização dos lucros, por exemplo, poderia levar ainda a um afrouxamento das regras adotadas por estas redes e à adoção de práticas de mercado que visem à competição e à exclusão de concorrentes. Outro ponto é que a transmissão de conhecimento entre as partes pode não ser efetiva quanto ao propósito de promover os valores e visão da rede e a sua disseminação para além de seu núcleo, deixando de contribuir para uma efetiva revisão paradigmática, do tipo que é necessária como resposta ao Antropoceno.

Para compreender o potencial transformador das AFNs enquanto disseminadoras de práticas, princípios e conhecimentos, o problema de pesquisa deste trabalho foi:

Qual o papel das Redes Alimentares Alternativas urbanas no enfrentamento do Antropoceno no Brasil em meio a um regime de produção alimentar hegemônico?

2. OBJETIVOS

Considerando a oferta de alimentos ambientalmente sustentáveis e saudáveis para uma população mundial crescente num cenário de deterioração característica do Antropoceno, o objetivo principal deste trabalho é identificar e analisar os obstáculos e benefícios das Redes Alimentares Alternativas (AFNs) urbanas para o enfrentamento desses problemas por meio da

⁵ Cf. Community Supported Agriculture, 2006. Publicação da ATTRA (Serviço Nacional de Informação sobre Agricultura Sustentável) e NCAT (Centro Nacional de Tecnologia Adequada), ambos ligados ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Disponível em: www.attra.ncat.org/attra-pub/csa.html.

articulação local de seus atores e a disseminação de informação, sendo a mobilização de produtores e a ampliação do mercado consumidor os desafios maiores para a criação e manutenção das AFNs. Para tal: investigou-se a relação do Antropoceno, seus efeitos e características, com a produção e oferta de alimentos no âmbito do Brasil; e identificou-se, por meio de estudo de caso, se o modelo regulatório e de funcionamento de uma AFN urbana brasileira lhe confere autonomia e autossuficiência para replicar seu modelo sem a ajuda do Estado, investigando como cresce, se desenvolve e se organiza.

3. ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO - ANC

Esta seção apresenta o estudo de caso da ANC, uma AFN localizada na cidade de mesmo nome, no estado brasileiro de São Paulo. Realizado por meio de estudo de campo, e de natureza exploratória, este estudo de caso buscou identificar e classificar as práticas da Associação para verificar o tipo de contribuição que ela oferece no enfrentamento da degradação ambiental e seus efeitos, dentre eles a promoção da segurança alimentar no contexto do Antropoceno. Quanto aos critérios de seleção da amostra, é imprescindível reforçar que a ANC não tem representatividade quantitativa amostral e não deve ser considerada estatisticamente representativa do universo das AFNs.

O estudo de caso foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2019 em cinco diferentes feiras de produtos orgânicos e agroecológicos que têm participação da ANC, ou são administradas por ela, na cidade de Campinas. As feiras acontecem semanalmente e contam com a participação massiva dos produtores associados à rede. Nelas foram entrevistados 17 expositores, todos agricultores de alimentos de base ecológica que lá comercializam sua produção. Dentre os 107 associados cadastrados na ANC, encontram-se propriedades que se repetem, pois são compartilhadas por produtores de um mesmo núcleo familiar ou outras composições, como os chamados meeiros (fato que foi levantando durante a entrevista). Estes são contratados pelos produtores de origem para juntos atuarem na produção e compartilharem lucros sob acordos de cessão de terra e recursos produtivos para tal finalidade. Considerando as duplicidades advindas desta dinâmica, há no total 22 propriedades cadastradas na ANC, das quais a amostra conseguiu alcançar 77,3% (17) de seus proprietários e/ou representantes (desde que estes fossem também associados).

As entrevistas do estudo foram realizadas segundo o cronograma e a ordem de visita às feiras apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Locais e datas das entrevistas de campo nas feiras.

FEIRA	LOCAL	REALIZAÇÃO	VISITAS/ ENTREVISTAS
Centro de Convivência Campinas	Praça Imprensa Fluminense, s/n - Cambuí, Campinas.	sextas-feiras, de 8h às 12h	22/11 de 10 às 12h
CIS Guanabara – Sexta na estação	R. Mário Siqueira, 829 - Botafogo, Campinas.	sextas-feiras, de 15h às 19h	22/11 de 15 às 17h
CEASA Campinas	Pista Norte, Rod. D. Pedro I, Km 140,5 - Jardim Sta. Monica, Campinas.	sábados, de 7h às 14h	23/11 de 9h30 às 13h
Parque Ecológico Emílio José Salim	Rodovia Heitor Penteado, altura do km 3,2 - Vila Brandina, Campinas.	domingos, de 7 às 11h	24/11 de 8h às 10h30
Dom Pedro Shopping	Av. Guilherme Campos, 500 - Jardim Santa Genebra, Campinas.	domingos, de 8 às 13h	24/11 de 11 às 13h

Fonte: MOTA, 2020.

Quanto às entrevistas, elas foram do tipo semiestruturadas, realizadas com a técnica de observação participante. É importante ressaltar que houve uma abordagem prévia aos produtores por parte da direção da ANC, esclarecendo os objetivos do trabalho e pedindo a sua colaboração no sentido de acolher a pesquisadora e contribuir com o levantamento, e isto certamente ajudou a reduzir eventuais resistências. Há uma cultura de colaboração da ANC e seus associados para esta finalidade, em função da proximidade geográfica com institutos de pesquisa como Embrapa, Unicamp e PUC-Campinas, os quais já realizaram atividades com a rede. As entrevistas cobriram 100% das unidades amostrais que integravam as feiras, depois de descartadas as duplicidades, ou seja, os produtores que já haviam sido entrevistados em alguma(s) das feiras visitadas anteriormente.

O número de cadeias curtas ou circuitos curtos existentes no Brasil ajuda a dimensionar o tamanho do mercado de produtos de base ecológica. A plataforma de feiras orgânicas no Brasil⁶ do IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) mostra que há 890 iniciativas cadastradas nesta base digital, distribuídas nas cinco regiões brasileiras. Destas, 785 são feiras orgânicas ou agroecológicas, das quais 275 estão concentradas na região Sudeste. Outras regiões apresentam números próximos, tais como Sul, com 211 feiras, e Nordeste, 198. Centro-

⁶ Cf. A busca de arranjos produtivos de orgânicos e consumo responsável pode ser feita na plataforma <https://feirasorganicas.org.br>.

Oeste e Norte, apresentam 63 e 37 registros desta atividade, respectivamente. As outras iniciativas registradas na plataforma e que integram o número total de iniciativas, junto com as feiras em todo o país, são os comércios de parceiros de orgânicos (40 registros) e os grupos de comércio responsável (66 registros).

A maioria das feiras orgânicas ou agroecológicas concentra-se na região *Sudeste*, com São Paulo liderando os resultados, apresentando 146 feiras dentre os 275 registros para todo o estado. O Rio de Janeiro, segundo colocado no *ranking*, tem 63 feiras, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo têm, respectivamente, 55 e 20 feiras, segundo a base de dados. Campinas, a segunda cidade com maior participação no PIB Nacional, possui 15 feiras deste tipo. A ANC, Associação Nacional de Agricultura Natural de Campinas e Região, por sua vez, realiza 5 das 15 feiras de produtos orgânicos e agroecológicos de Campinas, e conta com associados participando de outras na cidade e seu entorno. A rede foi escolhida como amostra de conveniência e a sua seleção obedeceu aos critérios: tempo de experiência da rede no trabalho com produtos de base ecológica; a sua prioridade para a comercialização em circuitos curtos; a sua presença/atuação no perímetro urbano; a sua capilaridade; o seu reconhecimento local (reputação); o grau de conveniência (acessibilidade).

As feiras de orgânicos que têm a participação da ANC foram escolhidas como o local para a realização do levantamento de campo por concentrarem vários produtores em um mesmo espaço. Assim, otimizou-se o tempo de pesquisa, restringiu-se a necessidade de deslocamentos, o que possibilitou também observar o comportamento dos produtores em ação no momento da venda e de como se relacionavam com os clientes.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada, em que as questões eram apresentadas aos produtores de forma contextualizada sempre que necessário, buscando entender em profundidade a visão de cada entrevistado, relativizando-a em relação a seu nível de instrução formal e *background*.

A seleção do caso a ser estudado foi realizada primeiramente por meio de cadastros de AFNs em fontes secundárias e redes digitais, e de pesquisa exploratória com especialistas e integrantes da cadeia de produtos de base ecológica, tais como integrantes ou organizadores de circuitos curtos (feiras de produtos ecológicos, por exemplo), representantes de entidades, organismos gestores ou afins, buscando obter informações sobre aquelas que teriam maior valor de pesquisa sob os critérios pré-definidos para esta etapa. Uma dificuldade encontrada foi a

limitação do cadastro disponibilizado no site do MAPA. A integridade e escassez de dados sobre a produção orgânica no país é apontada por especialistas e estudos realizados: “[...] infelizmente, alguns países com áreas orgânicas muito grandes, como Brasil e Índia, tinham pouca ou nenhuma informação sobre seu uso da terra. [...]” (IFOAM, 2019, p.28)⁷. Por esta razão, a lista de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica, OPACs, que integra a Central de Inteligência de Orgânicos ligada à Sociedade Nacional de Agricultura, somada a entrevistas com atores-chaves ligados ao mercado de orgânicos no Brasil, foram as fontes usadas para a seleção das redes elegíveis para o estudo de caso.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ANC

A ANC está situada na cidade de Campinas, em um município de mesmo nome, no estado brasileiro de São Paulo, no distrito de Sousas. A cidade de Campinas fica a 100km da cidade de São Paulo, e figura como a cidade com o segundo maior PIB do país (dentre as que não são capitais), com IDHM de 0,792%, classificado como alto (ATLAS BRASIL, 2020)⁸. Seu município tem uma área de 794,6 km², dos quais 407,5 km² ainda são rural. No último censo, em 2010, sua população contava com 1.080.113 pessoas, avançando para 1.204.073 pessoas na estimativa de 2019 (IBGE, 2019)⁹.

Criada em 1991, a ANC é uma ONG (organização não governamental sem fins lucrativos) que então visava a comercialização de produtos de base ecológica na região de Campinas (ANC, 2020)¹⁰. Ao longo dos anos, a ANC tornou-se uma conhecida certificadora de produtos orgânicos de Campinas e região sob a modalidade do Sistema Participativo de Garantia (SPG), uma modalidade coletiva de acreditação, com base no controle social cooperativo. Hoje estende sua atuação para demais cidades do entorno de Campinas, contando com 107 associados¹¹, que estendem seu modelo de gestão participativa para outras redes, como a de produtores de café integrantes da Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF) no sul do estado de Minas Gerais¹². As demais atividades que desenvolvem são as consultorias agronômicas e ambientais, voltadas para a produção orgânica, além de cursos e palestras¹³.

⁷ Cf. <https://shop.fibl.org/CHen/mwdownloads/download/link/id/1202/?ref=1>.

⁸ Cf. https://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/campinas.

⁹ Cf. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>.

¹⁰ Cf. <http://anc.org.br/>.

¹¹ Número levantado por época desta pesquisa, também disponível em:

¹² <http://aaof.com.br/sobre/>

¹³ Cf. Anexo IV.

O ingresso no OPAC da ANC requer que o produtor passe a integrar um de seus Sistemas Participativos de Garantia já existente ou que desenvolva um novo grupo, dando início a outro SPG que deverá ser cadastrado no OPAC da ANC. Para tal, tem de contar com o mínimo de três membros participantes, os quais são submetidos a avaliação da conformidade. (ANC, 2020).

A proximidade geográfica entre as unidades é o principal critério para a reunião dos membros ao se constituírem sob um SPG específico. Uma vez constituído, o SPG elege um coordenador que o representará nas reuniões do OPAC da rede ANC.

Dentre os objetivos da ANC estão: “estimular o aprimoramento e maior eficiência da produção agroecológica [...]”; e “fomentar o desenvolvimento da Agroecologia e a racionalização das explorações agropecuárias, visando alcançar maiores níveis de sustentabilidade” e, melhorar as condições de vida de seus associados [...]”. Descrita como uma de suas atividades principais, também está a certificação orgânica (site da ANC, 2020). Estas asserções denotam que a visão de mundo da ANC é integrada por valores voltados para a preservação ambiental e a redução das desigualdades socioambientais. A pesquisa de campo confirmou esta inclinação, além do caráter inclusivo da rede, que busca acolher os pequenos agricultores familiares vindos de realidades díspares que encontram lugar em meio a outros produtores já consolidados e mais longevos na cadeia de orgânicos e agroecológicos.

As AFNs integram um tipo de circuito curto que tem nas feiras orgânicas e agroecológicas um importante exemplo da capacidade de inovação deste modelo de negócio ao diversificarem, a cada ano, as formas de fazer o produto chegar ao consumidor, o que Darolt e outros (2016) indicam demandar cada vez mais informação qualificada para todos os atores da cadeia produtiva. Saber o que comprar, onde e como, além das razões que contribuam para a decisão de compra participam deste processo. Mais uma vez a Vila Yamaguishi e a Entreverdes surgem entre os associados da ANC como exemplos dos que multiplicam seus canais de distribuição, em lojas próprias na internet, em lojas físicas especializadas, ou nas feiras da rede.

As atividades da rede ANC promovem a transmissão de conhecimento por meio da socialização, em suas feiras, de atores antes afastados pelas práticas do modelo de consumo extensivo, contribuindo para a ressignificação do alimento de base ecológica. As interações nas feiras permitem ao consumidor gradualmente erigir juízo de valor sobre a relação entre a

conveniência e a qualidade dos alimentos com base nos conhecimentos que vão sendo contruídos nas experiências de consumo junto aos agricultores da rede.

Se as feiras são espaços de reconexão de consumidores e agricultores e oportunidades para a edificação e disseminação de uma cultura alimentar baseada em conhecimento que contribua como resposta ao Antropoceno, a questão fundamental reside em descobrir que conhecimentos a ANC está transmitindo ou deixando de transmitir. Se os objetivos da ANC estão sendo alcançados, se as atividades de disseminação da produção orgânica e de estímulo à conversão agroecológica estão sendo desenvolvidos pela rede, resta saber o que mais está no bojo do conhecimento gerado no âmbito desta AFN e sendo disseminado por meio dos laços que unem seus atores.

O fato de os consumidores revelarem intensiva preocupação com sua saúde poderia ser considerado um aspecto positivo. No entanto, revela o grande fosso em que o debate ambiental ainda se encontra, mostrando a desinformação sobre a gravidade e a abrangência do problema. A consciência sobre o mau uso e a exploração dos recursos naturais no modelo agroindustrial alimentar não teve lugar nas conversas entre os consumidores e os agricultores da ANC observadas, revelando que a demanda local do mercado impulsionada pela saúde é a bússola que norteia suas atividades de consumo.

O selo da ANC desempenha importante papel aos olhos de produtores e consumidores da rede. Os produtores alegaram vender com mais facilidade produtos que têm selo e a maioria o faz por ajudar que isto ajuda a ultrapassar a resistência do consumidor quanto à procedência do produto. A multiplicação dos canais e da área de atuação de produtores como os da Vila Yamagishi reproduzem o modelo de negócio que estão no cerne da degradação ambiental. Neste caso particular, parece revelar o desconhecimento sobre o que o alongamento da cadeia significa e o tipo de disputa que estas atividades podem fomentar em um cenário extremo de desigualdade socioambiental.

Este parece ser o maior desafio a ser enfrentado pela ANC para a longevidade de sua autonomia e auto suficiência, pois há o risco de serem subsumidos por grandes varejistas, fenômeno já em curso em outros países da Europa. Ao combinar este fato com os resultados das entrevistas dos agricultores da ANC ao serem arguidos sobre venderem seus produtos para grandes redes de supermercado, percebeu-se não haver entendimento da parte da maioria deles sobre o impacto ambiental que representaria se integrarem a um circuito longo.

A ANC deixa de exercer seu pleno potencial de edificadora de uma cultura ambiental em nível local. A atuação local da rede nos moldes de um circuito curto de distribuição e os dispositivos e mecanismos de controle que adota dão efetivo suporte às atividades de produção e comercialização, incluindo os de transmissão de conhecimento, contribuindo desta forma para a redução da degradação ambiental no que tange à contaminação e exploração dos recursos naturais.

A expansão das atividades de comercialização da rede, por meio de parcerias comerciais e de pontos de distribuição diversificados, leva a ANC, na figura de seus associados, a extravasar as fronteiras da própria cidade de origem alongando a cadeia, em uma estratégia análoga àquela usada nos circuitos longos, com o conseqüente aumento das emissões de GEE e contribuição para efeitos colaterais (se pensarmos em termos de escala, com outras redes adotando as mesmas estratégias).

Observou-se que ainda há um espaço a ser preenchido sobre o próprio papel da rede em escala maior. Para uma parcela expressiva dos associados, os orgânicos e agroecológicos são principalmente um nicho de mercado a ser desenvolvido. Assim, o tipo de atuação que se faz necessário no caso da ANC é um que vá além da mera ecologização da economia em que a rede dissemine as bases da revisão paradigmática que leve ela própria a se tornar efetiva resposta ao Antropoceno.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como ponto de partida o contexto de degradação ambiental que assola o planeta e que tem inúmeros efeitos catastróficos reunidos sob o termo Antropoceno, o qual é caracterizado pelo aquecimento climático causado pelas altas e históricas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O estudo de caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região revela que a lacuna de conhecimento que têm os produtores da rede ANC sobre as engrenagens que regem o mercado alimentar - nem sempre aparentes - e reificam sua lógica de funcionamento, são um exemplo ampliado do que acontece, em sua vivência cotidiana. Os resultados da pesquisa de campo evidenciaram que a questão ambiental é suplantada pela busca ativa da saúde e que isto não está vinculado ao seu nível de instrução. A ANC desempenha um importante papel no desenvolvimento da agricultura de base ecológica na região em que atua, e mesmo

para além dela, ao servir de modelo para outras redes afins. Seu sistema produtivo respeita os ciclos da natureza, enquanto os laços criados fora e dentro da própria rede propiciam a sua ampliação, mobilizando a produtores e consumidores e contribuindo para a transmissão de conhecimento que permite às AFNs se constituírem em um tipo de resposta ao Antropoceno. No entanto, para que esta resposta seja plena ao ponto de contribuir para uma revisão paradigmática, os caminhos construídos pela ANC precisam ser ainda pavimentados com conhecimentos que venham a se constituir em saídas efetivas à degradação ambiental a ele associada.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. *In: Inf. Inf., Londrina*, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1esp20>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

ALVES, J. E. D. O mito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *EcoDebate*, 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/23/o-mito-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 8 fev. 2019.

ALVES, J. E. D. A (injustificável) destruição do cerrado. *EcoDebate*, 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/02/03/a-injustificavel-destruicao-do-cerrado-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 16 fev. 2019.

ANTIL, J. H. Socially Responsible Consumers: Profile and Implications for Public Policy. *Journal of Macro Marketing*. v. 5, n. 2, p. 18-39, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F027614678400500203>. Acesso em: 7 mar. 2019.

AS-PTA (*website*). Disponível em: <http://aspta.org.br>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ASSIS, R. L. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. *Seropédica: Embrapa Agrobiologia, Documentos*, 196, jun. de 2005.

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE OURO FINO – AAOF (*website*). Disponível em: <http://aaof.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO – ANC (*website*). Disponível em: <http://anc.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA (*website*). Disponível em: <http://aao.org.br/aao/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ATLAS BRASIL (*website*). Região Metropolitana – Campinas. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/campinas. Acesso em: 5 jan. 2020.

ATKINSON, A. B. On the Measurement of Poverty. *Econometrica*, 4 ed., v. 55, p. 749-764, jul. 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1911028>. Acesso em: 09 fev. 2019.

ATKINSON, A. B.; BRANDOLINI, A. On Analyzing the World Distribution of Income. *The World Bank Economic Review*, p. 1-37, jan. 2010. Disponível em: [http://darp.lse.ac.uk/papersdb/Atkinson-Brandolini_\(WBER_10\).pdf](http://darp.lse.ac.uk/papersdb/Atkinson-Brandolini_(WBER_10).pdf). Acesso em: 09 fev. 2019.

AUBRY, C. CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. *In: Innovations Agronomiques*, v. 5, p. 53-67, 2009. Disponível em: <https://www6.inrae.fr/ciag/content/download/3569/35391/file/Vol5-5-Aubry.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

BOAVENTURA SANTOS, B. O Fim do império cognitivo: a afirmação das Epistemologias do Sul. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. e-book.

BRANDENBURG, A.; SOUZA, O. T. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. 13, n. 1. p. 51-64. jan.-jun. 2010.

CAPUCHA, L. Inovação e justiça social: Políticas activas para a inclusão educativa. *In: Sociologia, Problemas e Práticas* [online], n. 63, p. 25-50, 2010. ISSN 0873-6529.

CARVALHO, W. D. *et al.* Deforestation control in the Brazilian amazon: a conservation struggle being lost as agreements and regulations are subverted and bypassed. *In: Perspectives in Ecology and Conservation*, v. 17, n. 3, p. 122-130, jul.-set. 2019.

CAVALCANTI, C. Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. *In*: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: prosperidade, decrescimento, sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAVALCANTI, C. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. *In*: *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 169-178, dez. 2015.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO). Pronaf Agroecologia (*website*). Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/acesso-a-politica/pronaf-agroecologia>. Acesso em: 1 dez. 2019.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1-2, p.1-8, feb.-mar. 2007.

DAROLT, M. R. *Conexão Ecológica: novas relações entre produtores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M. R. *et al.* A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *In*: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J-P.

DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 19, n. 2, p.1-22, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1040461/redes-alimentares-alternativas-e-novas-relacoes-producao-consumo-na-franca-e-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DOHERTY, B. *et al.* Food Systems resilience: Towards an interdisciplinary research agenda 2019, p. 1. *Emerald Open Research*. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/emeraldopenres.12850.1>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ELLIOTT, L. *The Global Politics of the Environment*. Londres: Palgrave, 2004.

ELLIS, E.C. *et al.* Evolving the Anthropocene: linking multi-level selection with long-term social-ecological change. *Sustain. Sci.*, n. 13, p.119-128, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0513-6>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ENTRE VERDES (*website*). Disponível em: <https://nhanduti.com.br/entre-verdes-organicos/?v=19d3326f3137>. Acesso em: 29 nov. 2019.

FANZO, J. *et al.* Climate change and variability: what are the risks for nutrition, diets, and food systems? International Food Policy Research Institute Discussion Papers, n. 1645, mai. 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/fpr/ifprid/1645.html>. Acesso em: 9 de fev. de 2020.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 624 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Food Loss and Food Waste (*website*). Disponível em: <http://www.fao.org/policy-support/policy-themes/food-loss-food-waste/en/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Food Security Policy Brief. jun. 2006. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitally/documents/pdf/pdf_Food_Security_Coept_Note.pdf. Acesso em: 7 jan. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Background document to the FAO/The Netherlands Conference on Water for Food and Ecosystems. International Conferences on Water, food, and ecosystems. Ministry of Agriculture, Nature and Food Quality, the Netherlands, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) *et al.* The State of Food Security and Nutrition in the World: Building climate resilience for food security and nutrition. Roma, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i9553en/i9553en.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Food Loss and Food Waste (*website*). Disponível em: <http://www.fao.org/policy-support/policy-themes/food-loss-food-waste/en/>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture. BÉLANGER, J.;

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Sustainable Development Goals. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/sustainable-development-goals/goals/goal-2/en/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FREITAS, I. M. B. *et al.* The Kyoto mechanisms and the diffusion of renewable energy technologies in the BRICS. *Energy Policy*, v. 42, p. 118-128, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2011.11.055>. Acesso em: 28 jan. 2020.

GODFRAY, H. C. J. *et al.* Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *In: Science*, v. 327, n. 5967, p. 812-818, fev. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1126/science.1185383>. Acesso em: 4 mar. 2019.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics*. 308 p. Nova York: Routledge, 2012.

GRAFTON, R. Q.; DAUGBJERG, C.; QURESHI, M. E. Towards food security by 2050. *Food Security*, n. 7, p. 179–183, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12571-015-0445-x>. Acesso em: 24 jan. 2020.

GT SC A2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 – Relatório

GUDYNAS, E. Extrahección: violación de derechos en la apropiación de la naturaleza, 2018. *America latina in movimiento*. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/61783>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GUDYNAS, E. “Churcar” Alternatives to Development. *Blog Alternautas (website)*, 2014. Disponível em: <http://www.alternautas.net/blog/2014/7/28/churcar-alternatives-to-development>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GUDYNAS, E. Debates on development and its alternatives in Latin America: a brief heterodox guide. *In: Beyond Development: alternative visions from Latin America*. Transnational Institute/Rosa Luxemburg Foundation, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303543079_Beyond_Development_Alternative_visions_from_Latin_America. Acesso em: 27 jan. 2020.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *In: Ambient. soc.* [online], v. 6, n. 2, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300005>. Acesso em: 9 fev. 2020.

GUTERRES, G. Climate change, natural disasters and human displacement: a UNHCR perspective. The United Nations Refugee Agency.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>. Acesso em: 9 fev. 2020.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Summary for Policymakers. *In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems.* SHUKLA, P. R., SKEA, J. *et al* (eds.). Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM_Updated-Jan20.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. Anthropocene in Brazil: an inquiry into development obsession and policy limits. *In: ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. (org.) Brazil in the Anthropocene: conflicts between predatory development and environmental policies.* p. 1-15. New York: Routledge, 2017. 368 p.

ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. Sociedade da desconfiança: certificação em mercados alternativos. *Mimeo.*

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2013.

LEFF, E. Discursos sustentables, (Spanish Edition). Siglo XXI, 2013. (E-book)

LÉNA, P.; ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil em tempos de antropoceno. *In:*

MAPA DE FEIRAS ORGÂNICAS. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br>. Acesso em: 20 de jan. de 2020.

MANCHIGURA, F.; LALLY, S. The Sustainable Development Goals and their trade-offs. London: Overseas Development Institute, 2017. Disponível em: https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/long-form-downloads/the_sdgs_and_their_trade-offs.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publicat-worldion/227705030_Food_Supply_Chain_Approaches_Exploring_their_Role_in_Rural_Development. Acesso em: 2 fev. 2019.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos. *In*: LÉNA, P; NASCIMENTO, E. P. (orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 55-78.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Regularização da Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em: 10 out. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Produtos Orgânicos: Sistemas Participativos de Garantia. 2008. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/sistema_participativo.pdf/@@download/file/sistema_participativo.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

MOTA, C. Informação, consumo e inovação no paradigma da crise ecológica: estudo de caso de um projeto para os catadores de lixo. Dissertação de Mestrado. PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. p.93. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/797>. Acesso em: 9 fev. 2019.

MOTA, C. Dinâmicas informacionais nas redes alimentares alternativas: estudo de caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região. Tese de Doutorado. PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 20. p.189. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1079>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

PLANALTO. Lei 10.831 de 23/12/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

PLATAFORMA AGENDA 2030 (website). Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/2/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SEN, A. K. Poverty and famines. New York: Oxford University Press, 1981.

SEN, A. K. From income inequality to economic inequality. *In*: PALESTRA NA REUNIÃO ANUAL DA SOUTHERN ECONOMIC ASSOCIATION, Washington D.C., 1996. Southern Economic Journal, Massachussets: Harvard University Press, p. 384-401, 1997.

SEN, A. K. Social exclusion: concept, application, and scrutiny. Social Development Papers, v. 1. Asian Development Bank. junho, 2000.

STEFFEN, W. *et al.* Stratigraphic and Earth System approaches to defining the Anthropocene, Earth's Future, v. 4, p. 324-345, 2016. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/2016EF000379>. Acesso em: 01 fev. 2019.

STIGLITZ-SEN-FITOUSSI - STIGLITZ, J. E.; SEN, A. K.; FITOUSSI, J-P. Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress. 2009. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS KNOWLEDGE PLATAFORM. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

UNITED NATIONS. Sustainability Development Goals Knowledge Platform (website). Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

UNITED NATIONS. A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015. 2013. Disponível em: <https://www.unhcr.org/innovation/a-life-of-dignity-for-all/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. 17th session agenda, items 15 and 116. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 5 jan. 2019.

UNITED NATIONS. World population prospects: the 2017 revision key findings and advance tables. 2017. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf. Acesso em: 7 jan. 2019.

UNITED NATIONS. Growing at a slower pace, world population is expected to reach 9.7 billion in 2050 and could peak at nearly 11 billion around 2100: UN Report. Jun. 2019. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_PressRelease_EN.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). What is the Kyoto Protocol? Disponível em: https://unfccc.int/kyoto_protocol. Acesso em: 29 jan. 2020.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). The Clean Development Mechanism. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-kyoto-protocol/mechanisms-under-the-kyoto-protocol/the-clean-development-mechanism>. Acesso em: 29 jan. 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR) Climate change, natural disasters and human displacement: a UNHCR perspective. Final version 23 oct. 2008. Geneva. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/492bb6b92.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

VEIGA, J. E. Deplorável Inércia. *Cienc. cult.*, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 27-33, jan. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100010>. Acesso em: 08 fev. 2019.

VEIGA, J. E.; L-R, ISSBERNER. Decrescer Crescendo. *In*: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 444 p.

WARNER, K; *et al.* Climate change, natural disasters and migration. *Nat Hazards* (2010) 55:689–715. Springer Science+Business Media B.V., 2009.

WATERS, C. N.; *et al.* The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/351/6269/aad2622>. Acesso em: 26 jan. 2019.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WISE, T. A. Can We Feed the World in 2050: A Scoping Paper to Assess the Evidence. *Global Development and Environment Institute Working Paper*, 13-04. Medford: GDAE. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/gdae/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

WORLD BANK. *Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. Washington D.C., 1986.

7. ANEXOS

ANEXO I. Descrição das feiras da pesquisa de campo.

Feira do Centro de Convivência Campinas

Figura 1. Vista Geral da Feira do Centro de Convivência Campinas.



Fonte: MOTA, 2020.

Feira do Centro Cultural Unicamp (Cis Guanabara)

Figura 2. Vista geral da Feira do Cis Guanabara.



MOTA: A autora, 2020.

Feira do CEASA Campinas

A Feira da ANC no CEASA acontece aos sábados das 8 às 13h, tem 800 metros de extensão, dentro do maior centro de abastecimento de alimentos convencionais da região de Campinas, onde há majoritariamente, fornecedores e distribuidores de alimentos convencionais. Por isso é um espaço de resistência da produção agroecológica.

Figura 3. Vista geral da Feira Orgânica no CEASA.



Fonte: A autora, 2020.

Feira do Parque Ecológico Emílio José Salim

A ANC realiza a Feira no Parque Ecológico em Campinas há mais de duas décadas, contando com a participação de 10 produtores. A diversidade de produtos nesta feira era ainda maior que em todas as outras visitadas.

Figura 4. Vista geral da Feira do Parque Ecológico.



Fonte: MOTA, 2020.

Feira do Parque Dom Pedro

Esta feira acontece no Shopping Dom Pedro, aos domingos, de 8 às 13h. É próxima à entrada principal e conta com tendas, mobiliário, todos no mesmo padrão.

Figura 5. Vista geral da Feira do Parque Dom Pedro.



Fonte: MOTA, 2020.